

EU E A BRANQUITUDE ACADÊMICA: UMA ESCREVIVÊNCIA AUTOETNOGRÁFICA

Jéssica Aline Silva Soares¹

RESUMO: Ao estudar e compreender a branquitude, podemos desestruturar o racismo, evidenciando que ele não é um fenômeno natural ou individual, mas sim um sistema estrutural que beneficia determinados grupos em detrimento de Outros. No presente trabalho, compartilho e reflito sobre experiências e vivências ao longo de 14 anos com um grupo específico dominante: a branquitude acadêmica. O estudo é uma pesquisa qualitativa com abordagem autoetnográfica que emprega o aporte teórico para escrita de si, a escrevivência de Conceição Evaristo. Os resultados são apresentados a partir de textos narrativos e trechos autobiográficos aplicando-se como arcabouço teórico para compreensão dessas vivências, a teoria decolonial e o pensamento feminista negro. Com este trabalho, foi possível desvelar os mecanismos e comportamentos operados pela branquitude dentro da academia, como o policiamento de tom, reforço e propagação de estereótipos racistas, sobre o silêncio branco e o pacto da branquitude, e comportamentos de centralidade e excepcionalidade branca. Espera-se que as reflexões e conceituações realizadas contribuam para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas para combater o racismo em suas diversas formas, seja ele individual, institucional ou estrutural. Assim como para o desenvolvimento de uma consciência crítica da branquitude acadêmica e para a construção de alianças antirracistas.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo. Branquitude. Universidade. Escrevivência. Autoetnografia.

¹ Doutoranda em Medicamentos e Assistência Farmacêutica pela Universidade Federal de Minas Gerais. Email: jessicaalinefarm.fitoterapia@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7311-6122>.

ACADEMIC WHITENESS AND ME: AN AUTOETHNOGRAPHIC ESCRIVIVÊNCIA

ABSTRACT: Understanding whiteness is crucial for deconstructing racism, revealing it not as a natural or individual phenomenon, but as a structural system that benefits certain groups at the expense of others. This study reflects on 14 years of experiences with a specific dominant group: academic whiteness. This qualitative research employs an autoethnographic approach, utilizing Conceição Evaristo's concept of "*escrevivência*" (writing from lived experience) as a theoretical framework for self-narration. The findings are presented through narrative texts and autobiographical excerpts, with decolonial theory and Black feminist thought serving as the theoretical lens for comprehending these experiences. This work illuminates the mechanisms and behaviors perpetuated by whiteness within academia, including tone policing, the reinforcement and propagation of racist stereotypes, the phenomenon of "white silence" and the "white pact," and behaviors indicative of white centrality and exceptionality. The reflections and conceptualizations presented aim to contribute to the development of more effective strategies for combating racism in its various forms—individual, institutional, or structural. Furthermore, this research seeks to foster a critical consciousness of academic whiteness and facilitate the construction of anti-racist alliances.

KEYWORDS: Racism. Whiteness. University. *Escrivivência*. Autoethnography.

YO Y LA BLANQUITUD ACADÉMICA: UNA ESCRIVIVENCIA AUTOETNOGRÁFICA

RESUMEN: Al analizar la blanquitud, nosotros desestructuramos el racismo, demostrando que no es un fenómeno natural o individual, sino un sistema estructural que beneficia a ciertos grupos en detrimento de otros. En este trabajo comparto y reflexiono sobre experiencias vividas durante 14 años con un grupo dominante específico: la blanquitud académica. La investigación es cualitativa con un enfoque autoetnográfico que utiliza la escritura de sí, la *escrevivência* de Conceição Evaristo, como marco teórico. Los resultados se presentan a través de textos narrativos y fragmentos autobiográficos, aplicando la teoría decolonial y el pensamiento feminista negro como marcos teóricos para comprender estas experiencias. Con este trabajo, hemos podido revelar los mecanismos y comportamientos inherentes a la blanquitud en el ámbito académico, como el control del tono, el refuerzo

y la propagación de estereotipos racistas, el silencio blanco y el pacto de blanquitud, y los comportamientos de centralidad y excepcionalidad blanca. Se espera que las reflexiones y conceptualizaciones realizadas contribuyan al desarrollo de estrategias más efectivas para combatir el racismo en sus diversas formas, ya sea individual, institucional o estructural. Así como para fomentar una conciencia crítica sobre la blanquitud académica y construir alianzas antirracistas.

PALABRAS CLAVE: Racismo. Blanquitud. Universidad. Escrivência. Autoetnografia.

INTRODUÇÃO

Passaram-se quinze minutos desde que encarei minha estante. Pendurei a cópia do meu diploma de mestrado ao lado dos outros dois. Sentimentos contraditórios me invadiram: de um lado, um vazio; de outro, uma intensa euforia. Esperava experimentar um grande orgulho, mas uma frustração latente me acompanhava. Questionava-me se essa trajetória acadêmica, com todos os seus desafios, se traduzia de fato nesses simples pedaços de papel.

“Você precisa estudar para ser alguém na vida”, ecoavam as palavras que ouvi tantas vezes. E aqui estou, com três diplomas, doutorado em andamento, seguindo um caminho que minhas ancestrais trilharam antes de mim, em busca de emancipação. Não acredito que diplomas sejam a única medida de conhecimento ou caráter, mas acreditei que, por essa via, me sentiria mais humana.

Vinte minutos se passaram. Quatorze anos desde que iniciei essa jornada acadêmica a partir de uma educação tecnológica com ensino médio. Esperava experimentar um sentimento diferente, mas a realidade é mais complexa. Esses anos compartilhados no mundo acadêmico me reconstruíram, mas me fragmentaram. Me deram muito, mas me tiraram em tal intensidade também.

Quatorze anos ainda não me sinto pertencente à comunidade e ao território que é a universidade. Mesmo tendo ciência que essa instituição é minha por direito. É uma herança negra. O conceito e estrutura da Universidade é uma criação ancestral africana. Demorei muito a ter o conhecimento sobre a Université Al Quaraouiyine, que foi fundada em

877 em Fez, Marrocos, e que muitos profissionais e pensadores gregos atravessam o mar Mediterrâneo para estudar e se formaram lá. Na historicidade se vê e lê a narrativa “do milagre grego”, que a medicina e a ciência surgiram na Grécia antiga, mas não nos ensinam sobre as contribuições e criações dos povos africanos (PINHEIRO, 2024). A ideia operante da colonialidade do saber, que através do controle das epistemologias, cria-se a ontologia que a concepção de ciência e humanidade é pautada na intelectualidade branca europeia. Ou melhor dizendo, controle epistemológico que molda a ontologia que é branco centrada (GROSFOGUEL, 2016).

Trinta minutos olhando a mesma estante e mergulhada nesses pensamentos. Trinta minutos, tenho trinta anos e três diplomas. Quatorze anos. Fixo nesses números pois algoritmos matemáticos valem muito na cultura elitista acadêmica. Não tanto os meus. Os meus 3 diplomas, trinta anos de idade e quatorze anos de carreira acadêmica não reverberam como os dos outros. Meus números e currículo que são constantemente questionados:

“Não existe racismo, Jéssica. Eu sou mais acionada e incluída nas publicações do grupo porque a minha prática é mais meticulosa.” Responde a colega branca ao eu questionar uma situação de exclusão e racismo.

“Achei que você só queria militar. Fiquei impressionada com o seu domínio sobre metodologias e revisão sistemática” (Trechos retirados do diário de campo e notas autobiográficas).

Trinta e sete minutos. Recordo que estou no doutorado. Mais um diploma e um quadro irá vir. Indago-me se, ao alcançar tal número, experimentarei um maior senso de pertencimento. Questiono-me se a sensação de observá-los se tornará menos conflituosa. Para o autor W.E.B Du Bois (2021), o conflito que compartilho é resultado de anos exercendo uma “dupla consciência” entre o mundo acadêmico e outros territórios aos quais pertencço. A vivência em um ambiente onde a identidade individual enfrenta a negação, o apagamento e a estereotipação induziu-me a um

estado de exaustão e a uma resignação em adotar múltiplas “máscaras brancas” (FANON, 2020).

Trinta e nove minutos e abro o notebook. Decido elaborar, devolver e refletir sobre esses quatorze anos de uma das relações mais duradouras que tenho. Vivências que culminaram nesse embaraço de percepções e experiências que levam-me olhar para esses três diplomas com todos esses sentimentos que atravessam as pessoas negras que estão nesse universo acadêmico. Quatorze anos convivendo com um meio que detém e operacionaliza estruturas importantes de opressão para a manutenção de uma matriz de poder. Quatorze anos convivendo com pessoas brancas nesse espaço e sendo a Outra (KILOMBA, 2019). Este artigo é sobre mim e a branquitude acadêmica.

O HISTÓRICO E O CENÁRIO CONTEMPORÂNEO ACADÊMICO BRASILEIRO

Para discutir e compreender o que é a branquitude acadêmica, é fundamental empreender uma análise histórica e social aprofundada da sociedade brasileira, com foco na construção da universidade e na produção de conhecimento nos contextos colonial e contemporâneo. Branquitude refere-se ao lugar estrutural formado por sujeitos brancos, que vê a si em relação a/o “Outra/o”, em uma posição de poder. Espaço que se traduz em um lugar confortável ao que se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo: a raça (BENTO, 2022).

Historicamente, as universidades brasileiras, moldadas pelo modelo europeu, reproduzem práticas e formas de produção de conhecimento que privilegiam a perspectiva branca e ocidental, como aponta José Jorge de Carvalho (2019). Essas instituições são centrais para a manutenção das estruturas de poder e para a perpetuação das colonialidades do saber e do ser. Tanto no ambiente escolar quanto no universitário, o racismo é construído, operacionalizado e mantido, em uma matriz colonial de poder. Conforme discute Nilma Lino Gomes (2012), a escola, por ser uma instituição social, não é neutra e reproduz as desigualdades sociais e as relações de poder existentes na sociedade, incluindo o racismo.

Seus currículos, práticas pedagógicas, relações interpessoais e representações contribuem para a formação de subjetividades, ou seja, para a construção da identidade, dos valores e das crenças dos indivíduos, de forma a perpetuar o racismo, tanto de maneira sutil quanto explícita. Essa lógica também se aplica ao contexto universitário, impactando negativamente a autoestima, o desempenho e as perspectivas de futuro dos estudantes negros e indígenas.

Pela lente teórica da colonialidade, para estruturação e seguimento da matriz de opressões da modernidade que derivam do colonialismo, há estruturas e dinâmicas que são controladas, como as epistemes e as cosmovisões. A colonialidade do saber opera para a dominação e sustentação do eurocentrismo e do Norte Global. O eurocentrismo é um fenômeno que não permite a possibilidade de coexistência de outras formas de produção de conhecimentos, culturas e formas de sociedade que não sejam a partir do padrão ocidental branco, reprimindo as “outras” epistemes a partir de estratégias sofisticadas de negação, estereotipação, folclorização e dualismo (GROSFOGUEL, 2016; MIGNOLO, 2017).

A colonialidade do saber se manifesta no controle da produção de conhecimento, cria a categoria “o Outro” e o que é universal, modificando a subjetividade da pessoa nesse sistema-mundo moderno. Patricia Hill Collins (2019), discute que a estrutura atual de validação e produção de conhecimento são controlados por homens cisheteronormativos brancos da elite, em que seus interesses guiam e articulam epistemologias, paradigmas e temas nas instituições acadêmicas.

No contexto brasileiro, as escolas e universidades foram concebidas para servir à elite branca (CARVALHO, 2019). Por muito tempo, a formação universitária no Brasil foi um acesso exclusivo dessa parcela da população. A pesquisa de Mariana Machado Rocha (2023) sobre a fundação da Universidade de São Paulo (USP) exemplifica de forma contundente esse projeto colonialista, revelando como a instituição foi criada para que a elite branca controlasse o conhecimento e mantivesse seus privilégios:

A dimensão de uma universidade feita de brancos para brancos se faz presente tanto na busca pela imposição de uma mística nacional supostamente neutra, quanto na elevação da cultura eurocêntrica/racista e da ciência moderna ao patamar de universalidade a partir do qual elas seriam capazes de solucionar os supostos “problemas nacionais” que só podiam ser concebidos a partir do ponto de vista dessa própria cultura... Para além do momento de sua concepção e criação, a USP também participa da construção social da raça ao formar historiadores que perpetuam o silêncio sobre suas bases racistas e ao formar sociólogos, ou mesmo biógrafos ou críticos literários, que invisibilizam intelectuais negros e reproduzem a postura de pretensa neutralidade quando efetuam análises sobre as questões raciais (ROCHA, 2023, p. 292).

Na atualidade, dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), com base no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) revelam um aumento significativo no número de matrículas de alunos negros nas universidades federais, passando de 41% em 2010 para 52% em 2020. Ao incluir estudantes indígenas, esses percentuais sobem de 42% para 53% no mesmo período. Esse crescimento se deve à Lei nº 12.711, de 2012, conhecida como a Lei de Cotas, que estabeleceu a reserva de 50% das vagas em universidades federais para estudantes oriundos de escolas públicas, com cotas específicas para negros, indígenas e pessoas com deficiência, considerando critérios de renda (TREVISOL *et al.*, 2023).

Não obstante a implementação anterior de cotas na pós-graduação, instituída pela Portaria Normativa nº 13/2016, e a atualização da Lei de Cotas pela Lei 14.723 de 2023, que estabelece que as instituições federais de ensino superior devem promover políticas de inclusão de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência também nos programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPG), tal avanço ainda não se verifica na pós-graduação (BRASIL, 2023). Conforme levantamento realizado pela Liga de Ciência Preta Brasileira em 2020, dentre os alunos de pós-

graduação, 2,7% são pretos, 12,7% são pardos, 2% são amarelos, menos de 0,5% são indígenas e 82,7% são brancos. A análise foi realizada a partir de dados da Plataforma Lattes, serviço do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que reúne informações curriculares, grupos de pesquisa e instituições das áreas de ciência e tecnologia. Pesquisadores destacam que barreiras culturais, a escassa visibilidade e a carência de dados estatísticos sobre a participação de indivíduos negros na pós-graduação são elementos que contribuem para a ausência de equidade (HANZEN, 2021).

No entanto, o aumento do acesso e ingresso à educação pública ainda enfrenta diversos desafios relacionados à permanência. Uma pesquisa revelou que um em cada cinco estudantes que ingressaram no ensino superior em 2014 através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) evadiram-se completamente do sistema, ou seja, abandonaram o curso e não retornaram a nenhuma outra instituição, até 2019. O estudo demonstra, ademais, que estudantes negros e de nível socioeconômico mais baixos apresentam maiores probabilidades de abandono. A pesquisa alcançou algumas conclusões, lamentavelmente, não surpreendentes. Por exemplo, estudantes negros possuem 6% mais chances de evasão em comparação aos estudantes brancos. A renda, no entanto, revelou-se o fator mais explicativo: indivíduos com renda mensal familiar de até um salário-mínimo apresentaram 63% mais chances de evasão em comparação àqueles com renda superior a cinco salários-mínimos (PAULA & PICANÇO, 2024).

Uma outra pesquisa debruçou-se sobre os dados de ex-bolsistas do Programa de Demanda Social (DS) da Capes que interromperam seus mestrados ou doutorados. O estudo buscou identificar os principais motivos que levaram 9.247 estudantes – representando 4% do total de bolsistas – a abandonarem o programa entre 2010 e 2018. A investigação revelou que a evasão não se deve a uma causa isolada, mas a um conjunto de fatores interligados. Os principais incluem dificuldades de adaptação ao curso, como problemas de deslocamento e cumprimento de prazos, questões de saúde e a dificuldade em manter um desempenho acadêmico satisfatório. A pesquisa analisou dados de gênero, idade, região, estado,

instituição, nível de ensino, área de avaliação e área do conhecimento dos ex-bolsistas que não finalizaram sua trajetória no Programa DS da Capes. Os resultados indicam que a maior concentração de desistências ocorre na faixa etária de 23 a 30 anos. As áreas com os maiores índices de abandono são Engenharia, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias, que, em conjunto, representam metade dos casos de evasão. No que se refere às regiões brasileiras, o Norte e o Nordeste apresentaram os maiores índices de evasão (PAIVA, 2021). Dados sobre análise no contexto de cor/raça e etnia não foram avaliados neste trabalho.

O perfil dos docentes nas universidades públicas brasileiras revela a influência de fatores históricos apontados anteriormente, incluindo o racismo estrutural e institucional. Conforme o mais recente Censo da Educação Superior do INEP, apenas 21% dos professores do ensino superior no Brasil são negros. Apesar da Lei 12.990/2014 determinar a reserva de 20% das vagas em concursos públicos federais para candidatos negros, os dados atuais indicam que 3,4% dos docentes se identificam como pretos e 18,2% como pardos. No ensino superior privado, o cenário é semelhante, com 2,4% de professores autodeclarados pretos e 18% pardos. Em ambas as redes, a maioria dos docentes se declara branca, representando mais da metade do corpo docente (BRASIL, 2024).

A não presença de professores negros nas universidades explicita a falta de representatividade em cargos de liderança e representatividade acadêmica, o que impacta a sensação de pertencimento de estudantes negros, pois dificulta sua identificação nesses ambientes. Diante disso, pesquisas que investiguem a cultura acadêmica, a branquitude e as vivências de pessoas negras e indígenas nesse contexto podem contribuir para identificar e desenvolver estratégias e políticas antirracistas, e alianças que promovam a equidade racial e a justiça social nas instituições de ensino superior.

Ante o exposto, neste trabalho quero redigir escrevivências que vem desses 14 anos transitando nos espaços acadêmicos, como a universidade. Experiências e histórias autobiográficas que se apresentarão como resultados, norteados a discussão a partir dos questionamentos realizados no início desta seção introdutória. A presente investigação é motivada por vivências pessoais que revelam padrões sistêmicos de racismo. Neste

estudo autoetnográfico, que emprega o aporte teórico para escrita de si, a escrevivência de Conceição Evaristo, te convido a adentrar e refletir comigo a partir da autoetnografia das minhas escrevivências, com o auxílio da teoria decolonial e pensamento feminista negro, sobre os processos e as experiências de uma mulher negra com uma cultura e variadas formas de opressões desse grupo dominante específico: a branquitude acadêmica.

METODOLOGIA

Esta pesquisa qualitativa se trata de uma autoetnografia que foi desenvolvida com o aporte teórico da escrevivência proposto por Conceição Evaristo (2020). O estudo tem por objetivo investigar minha própria experiência como mulher negra, buscando compreender as interseções entre minha identidade, experiências corporificadas e as estruturas sociais. Adotou-se a abordagem autoetnográfica, que combina elementos da autobiografia e da etnografia, com o propósito de realizar uma análise crítica das experiências culturais. Na autoetnografia, o autor se faz objeto de interesse do estudo para compreensão de uma experiência cultural e social, em que estas experiências do pesquisador são como dados primários para revelar e compreender significados destas vivências. Além de uma metodologia, é um gênero de escrita que permite conectar o individual ao coletivo, o pessoal ao cultural, possibilitando uma análise profunda e reflexiva das vivências compartilhadas (RAMALHO-DE-OLIVEIRA, 2020; RAIMONDI, 2019).

A escrevivência, conceito criado pela escritora brasileira Conceição Evaristo, designa uma escrita que emerge das experiências de vida, sobretudo das mulheres negras e suas comunidades. Essa forma de expressão, que combina “escrever” e “vivência”, transcende a mera união vocabular. A escrevivência vem ganhando destaque na academia e na literatura como uma prática que possibilita a produção de conhecimentos mais justos e equitativos. Ao permitir que pesquisadores e pesquisadoras negras narativizem suas próprias experiências, a escrevivência contribui para uma profunda transformação epistemológica, desafiando os paradigmas tradicionais e abrindo espaço para novas formas de pensar e de produção de

conhecimento a partir da experiência vivida. Essa abordagem tem sido particularmente relevante para a análise de temas como o racismo, a misoginia, a interseccionalidade e as desigualdades sociais, permitindo que pesquisadores negros e negras denunciem as violências sofridas e proponham novas formas de resistência e luta (EVARISTO, 2020).

A autoetnografia, fundamentada na teoria da escrevivência de Conceição Evaristo, foi escolhida como metodologia por sua capacidade de dar voz às experiências de sujeitos subalternizados. A partir da minha identidade como mulher negra, busquei uma abordagem que me permitisse ir além dos modelos eurocêntricos e estadunidenses de pesquisa, valorizando as epistemologias negras e a produção intelectual de mulheres negras brasileiras. A escrevivência, ao possibilitar a escrita de um corpo, de uma condição e de uma experiência negra no Brasil, como define Conceição Evaristo, permite uma articulação profunda entre o pessoal e o político, contribuindo para a construção e alcance de justiça social (EVARISTO, 2020).

A presente pesquisa qualitativa adota uma epistemologia subjetivista e o estudo é desenvolvido a partir da subjetividade da pesquisadora, cujo paradigma se fundamenta na premissa de que a investigação científica e a compreensão da realidade não são neutras. Sob esta ótica, a confirmação de vieses e a busca pela imparcialidade não são elementos aplicáveis. Este estudo fundamenta-se e emerge da subjetividade, alcançando sua particularidade no âmbito coletivo em que não se pretende a generalização. Entretanto, possibilita a encruzilhada entre o eu e a cultura.

O período de coleta dos dados autoetnográficos estendeu-se de junho de 2022 a dezembro de 2023, utilizando-se o diário de campo como método e local de pesquisa para o registro das experiências e reminiscências das vivências da pesquisadora enquanto mulher negra não retinta, periférica, rondoniense, bissexual, umbandista, farmacêutica, doutoranda e neta de raizeira. A partir desses registros, elaboraram-se 13 narrativas autobiográficas em textos autoetnográficos. Essa produção foi submetida a múltiplas leituras e análises pela autora, resultando na construção e identificação de codificações temáticas, orientadas pela fundamentação de teorias decoloniais e da epistemologia feminista negra. Através desse

processo analítico, foram codificadas três categorias principais: 1) a trajetória e a subjetividade de pessoas negras no contexto acadêmico; 2) a situação da fitoterapia tradicional brasileira; e 3) as manifestações de colonialidade e racismo no contexto da fitoterapia. Neste estudo, serão apresentados e discutidos os resultados referentes à primeira categoria.

A qualidade, o rigor e a coerência desta pesquisa são garantidos pelos critérios propostos por Le Roux (2016), como a reflexividade, a autorreflexividade e a visibilidade da minha subjetividade. Ao descrever minhas experiências de forma detalhada e honesta, busquei garantir a autenticidade e a credibilidade dos resultados. O presente artigo concentra-se nas vivências de opressão, reconhecendo simultaneamente que a branquitude acadêmica é permeada por contradições. A generalização aqui mencionada refere-se à estrutura hegemônica, e não a indivíduos específicos. Além disso, este estudo demonstra ressonância com trabalhos e pesquisas anteriores na área, contribuindo para o avanço do campo dos estudos da epistemologia feminista negra e sobre branquitude. Este estudo é parte integrante do projeto “Resultados clínicos, econômicos, aspectos humanísticos, culturais e educacionais de serviços de gerenciamento da terapia medicamentosa no Sistema Único de Saúde”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG no dia 28 de maio de 2014, sob registro CAAE-25780314.4.0000.5149.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1) ME DEIXARAM ENTRAR, MAS DEIXARAM BEM CLARO QUE NÃO SOU UMA DELES

Ingressei no ambiente acadêmico por intermédio de uma instituição pública que oferece ensino médio tecnológico. Naquele momento, senti que minha vida tomaria um novo rumo. Acreditava que, finalmente, poderia “ser alguém”. Essa sensação, porém, logo se dissipou. A alegria inicial de ingressar em uma instituição federal cedeu lugar à tristeza, à inferioridade e ao sentimento de não pertencimento. Percebi que minha

origem e minhas experiências contrastavam com as de meus colegas, majoritariamente brancos e de classe média alta.

Uma das lembranças que traz esta análise sobre classe e raça nas minhas vivências nesse início de relação com a branquitude acadêmica, foi a realização de um trabalho de história. Estávamos estudando sobre o “Brasil colonial e os reflexos da escravidão”, em que a professora propôs um trabalho em grupo para refletir e apontar os problemas sociais derivados do colonialismo. No planejamento e elaboração dessa atividade escolar, uma das colegas, uma menina branca, deu a ideia de realizarmos um “experimento social”.

“Vamos colocar a Jéssica e a outra colega (branca e loira), com a mesma roupa, e vamos ver quem é atendida primeiro nas lojas. Depois entrevistamos estas pessoas sobre o que eles acham do racismo e se consideram pessoas racistas. Vamos gravar e apresentar para a turma” (Trecho retirado do diário de campo e notas autobiográficas).

Eu demorei a assimilar o que seria esse “experimento social”. Lembro de outra colega no grupo dizer:

“Vai ficar ótimo o trabalho, uma negra e uma loira, vai ficar bem claro que existe preconceito, vamos tirar total no trabalho” (Trecho retirado do diário de campo e notas autobiográficas).

Na época, eu lembro de me sentir invadida, exposta e acuada. Não podia e nem consegui dizer não. Por que me submeti a isso? Será que eu tinha direito de negar? Eu sabia que não era uma pessoa branca. Compreendia por conta dos olhares que as pessoas me davam, pelos elogios camuflados de ofensas, por não me reconhecer na minha unidade familiar paterna e pelas brincadeiras de almoço que meus tios cantavam a música tema da novela *Escrava Isaura* para mim.

A todo instante eu era lembrada que não era uma pessoa branca. Mas também não me via e não me sentia como uma pessoa negra. Como

poderia construir minha negritude, se tudo à minha volta são referências à branquitude? Neste trabalho, fui marcada e lembrada em voz alta, sem qualquer elaboração, que eu era uma pessoa negra e qual era o meu lugar. Claro que eu compreendia a evidente diferença entre eu e as minhas colegas brancas. Que este meu defeito de cor, parafraseando o livro de Ana Maria Gonçalves (2006), seria o objeto para tirarmos total no trabalho. Com toda a ironia e tristeza, na época me consolei que esta diferença traria algo positivo. O trabalho foi apresentado no telão do auditório. Me recordo das diferentes expressões faciais dos meus colegas de turma. Em certa medida, havia um deleite. Um certo prazer e recreação ao ver eu sendo ignorada em cada loja. O episódio do ‘experimento social’ ilustra o conceito de objetificação racial (KILOMBA, 2019), no qual corpos negros são tratados como artefatos de estudo.

Na discussão do trabalho, fiquei a maior parte do tempo em silêncio. Com vergonha. Enquanto pessoas brancas, em sua maioria, discutiam sobre as violências dos racismos sem pontuar sobre branquitude e suas responsabilidades nessa operação. Discute-se muito até hoje dos impactos negativos da escravidão para as pessoas negras e indígenas, mas pouca se analisa e se educa sobre a herança escravocrata e seus impactos positivos, sejam simbólicos e materiais, para as pessoas brancas (BENTO, 2022).

Entendo que éramos adolescentes sem letramento racial e social crítico. Que esse trabalho aconteceu há 13 anos atrás. Mas foi a partir daí que entendi o aviso e comecei a observar comportamentos e formas opressivas empregadas pela branquitude acadêmica que convivo até hoje: a fragilidade branca, o policiamento de tom, a excepcionalidade branca e a síndrome do branco salvador (SAAD, 2020; DIANGELO, 2020).

2) SUA PRODUÇÃO ACADÊMICA NÃO É CONHECIMENTO INTELECTUAL, É MILITÂNCIA. E EU, NÃO SOU UMA INTELECTUAL?

Finalizo mais uma palestra com discussão de caso clínico e começo a guardar meus materiais. Uma colega se aproxima e, com um tom de surpresa, diz:

“Uau, Jéssica! Não sabia que você dominava tanto sobre revisões sistemáticas. Confesso que fiquei meio desconfiada com sua pesquisa. Desculpe me intrometer, mas achava que vocês estavam apenas militando. Agora compreendo melhor e vejo que você tem muita experiência” (Trecho retirado do meu diário de campo e notas autobiográficas).

“Militante”. Esse adjetivo me acompanha desde a graduação. A partir do meu letramento racial, envolvimento com o movimento negro, com meus questionamentos sobre as estruturas coloniais, racistas e misóginas, esse “elogio disfarçado” se intensificou. Entendo-o hoje como uma resposta da fragilidade branca, um mecanismo sutil para inferiorizar e retaliar pessoas que apontam e pesquisam sobre raça, racismo e branquitude. Adjetivação que também silencia e classifica aquelas pesquisas que são válidas ou não. Por muito tempo, me incomodei com esse estereótipo que emerge da colonialidade do saber e do ser (GROSFOGUEL, 2016; MIGNOLO, 2017).

A experiência e práxis política, pela hegemonia branca acadêmica, não são formas de produção de conhecimentos legítimos. Como Ailton Krenak (2023) faz uma importante reflexão que as universidades atravessam uma crise epistemológica e, por isso, procuram saberes e mestres indígenas, quilombolas e dos movimentos sociais. A intenção é controlar “essas ameaças” e, como dialoga Geni Núñez, operacionalizar um movimento de “caravela epistêmica”, apropriando-se de saberes produzidos por pessoas não brancas. Mas ouse reivindicar a autoria desses conhecimentos e fazer denúncias, a resposta é clara: sua produção acadêmica é militância (NÚÑEZ, 2023).

Essa descredibilização e classificação que define quem pode ser considerado intelectual ou detentor de produção acadêmica relevante, resulta dos processos de superioridade branca e de um estereótipo racista. Esses comportamentos, via o racismo científico, construiu e reforça o imaginário que pessoas negras são selvagens desprovidas de estruturas cognitivas que se referem-se à inteligência (PINHEIRO, 2024). Sob essa perspectiva analítica, a surpresa manifestada pela colega em relação à

minha capacidade e habilidade específica, conforme mencionado, revela a construção da subjetividade de indivíduos brancos em contextos universitários no que concerne à intelectualidade de pessoas negras.

Observa-se também o fenômeno da infantilização por docentes brancos, os quais se posicionam como figuras salvadoras no processo de aprendizagem de indivíduos não brancos. Lembro-me de um professor que, em suas aulas, me perguntava frequentemente se eu estava compreendendo o conteúdo, utilizando um tom de voz condescendente e infantilizado. Lembro-me que a sensação de constrangimento era grande, pois nenhum outro colega era tratado da mesma forma. Eu era a única estudante negra na sala de aula. Além dessa subjugação em relação ao meu intelecto, o mesmo professor ficou “surpreso” com minha performance em uma avaliação, afirmando que minha boa nota se devia à sua “orientação” constante:

“Se tiver dúvida, pode perguntar. Sei que é muito difícil para você compreender. Não fique com vergonha. Pode perguntar”.

“Você fechou a prova, Jéssica! Viu por que eu ficava tanto no seu pé, aí o resultado” (Trechos retirados do diário de campo e notas autobiográficas).

Essas vivências desvelam os comportamentos de síndrome do branco salvador e a centralidade branca. A centralidade branca refere-se ao processo de centralização de pessoas brancas, seus valores, normas e sentimentos acima de tudo e de todos. Todo o resto é visto como marginal. É tudo sobre eles (SAAD, 2020). A nota que eu obtive não foi devido às minhas competências e habilidades. Não foi mérito meu. Foi mérito desse professor branco. Que me salvou da “ignorância” e foi responsável totalmente pelo meu processo de aprendizagem.

Rompi com a forma hegemônica de como construir ciência. Mesmo eu dominando as ferramentas da “ciência verdadeira”, como uma compreensão minuciosa da metodologia de revisão sistemática e da ferramenta estatística de meta-análise, eu fui e serei questionada

intelectualmente. Muitos que estão na minha pós-graduação não sabem dessa diferença. Está tudo bem não ter esse conhecimento, mas esta possibilidade não é reservada para as pessoas não brancas dentro dos espaços acadêmicos. Não temos o direito de sermos idiotas e medíocres como Patrícia Hill Collins discute sobre a experiência e trajetória de pessoas negras na academia. Essa performance de excelência é uma estratégia que nos coloca ao limite do cansaço e reflete a colonialidade de ser, colonizando nossas subjetividades (COLLINS, 2019, p. 411).

3) NÃO PRECISA SER TÃO RADICAL ASSIM. CUIDADO COM O QUE VOCÊ FALA... A NEGRA RAIVOSA E O POLICIAMENTO DO TOM PELA BRANQUITUDE ACADÊMICA

Falar sobre racismo e raça no espaço acadêmico, como diz o professor Jair da Costa Júnior em uma disciplina que participei ao longo do doutorado, é falar sobre um assunto infame. Investigar racismo e raça no ambiente acadêmico é trilhar um caminho árduo. Um tema que, embora fundamental, frequentemente causa desconforto, especialmente quando direcionado aos estudos sobre branquitude. Neste contexto, a exigência por uma abordagem “palatável” silencia e minimiza a complexidade da questão racial.

Ao longo dos últimos 14 anos, meu processo de conscientização racial e a compreensão da minha subjetividade como mulher negra foram construídos a partir do meu envolvimento com movimento negro. As leituras e as teorias da epistemologia feminista negra proporcionaram um espaço fundamental para a elaboração e a autorrecuperação. Esse percurso ecoa as reflexões de bell hooks sobre a construção do eu em diálogo com o coletivo e com os processos históricos da colonização, mediados pela teorização:

A construção social do eu “em relação” significava, então, que conheceríamos as vozes do passado que falam em e para nós, que estaríamos em contato com o que Paule Marshall chama de “nossas propriedades ancestrais” — nossa história.

Porém, são precisamente essas vozes que são silenciadas, reprimidas, quando somos dominados. É essa voz coletiva que lutamos para recuperar. Dominação e colonização tentam destruir nossa capacidade de conhecer o eu, de saber quem somos. Nos opomos a essa violação, a essa desumanização, quando buscamos a autorrecuperação, quando trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar a nossa história. (HOOKS, 2013, p. 78)

O processo de teorização mencionado foi essencial para a compreensão das minhas experiências e para a elaboração das dores infligidas pelas opressões e estruturas da matriz colonial. Ao reunir e reconstituir as partes fragmentadas do meu corpo físico, mental e espiritual, vivenciei e continuo a reviver intenso sofrimento e indignação. Simultaneamente, este percurso impulsionou-me em direção à autodeterminação e à autorrecuperação. Tal jornada proporcionou-me uma consciência política que permeia a totalidade do meu ser, abrangendo desde o meu posicionamento no mundo até a minha subjetividade e práxis.

Ao me dedicar a evidenciar, discutir e problematizar as estruturas e práticas racistas e colonialistas no âmbito acadêmico, deparei-me com diversas situações de cerceamento do meu discurso por parte de indivíduos brancos. Além da designação do estereótipo da negra raivosa pelas sinhás e senhores da casa grande da universidade:

“A Jéssica é muito militante. Tem que tomar cuidado com que se fala com ela”.

“Cuidado, falar dessa forma nesses espaços, você pode perder oportunidades. Estou te dando um conselho” (Trechos retirados do diário de campo e notas autobiográficas).

Nos últimos anos, tenho ouvido de pessoas brancas progressistas expressões que são elogios disfarçados de ofensas. Embora a branquitude progressista da academia demonstre compreender os racismos mais explícitos, ela frequentemente adota um discurso antirracista superficial e de fachada (MATTOS & ACCIOLY, 2021). Na literatura, constata-se que

os grupos dominantes frequentemente reformulam suas estratégias, como o emprego de táticas mais refinadas, a exemplo do policiamento de tom, que comumente não é notado (SAAD, 2020).

“Se for para estar aqui. Que seja em silêncio ou no mínimo fale de forma mais agradável”. (Trecho retirado do diário de campo e notas autobiográficas)

O policiamento do tom, uma das estratégias empregadas pela supremacia branca, consiste em um tipo de manipulação que busca controlar as formas de expressão de pessoas negras e indígenas. Principalmente em contextos de discussão racial, essa prática silencia as vozes negras, impondo padrões de comportamento e linguagem que reforcem estereótipos como o da “negra raivosa” ou da “negra militante”. Essas imposições podem se manifestar tanto por meio de comentários explícitos sobre o “tom de voz” quanto por elogios a discursos mais suaves e apaziguadores (SAAD, 2020; DIANGELO, 2020).

A maior parte das disciplinas que cursei ao longo desses 14 anos foram ministradas por professores majoritariamente brancos, o que reflete a estrutura das universidades brasileiras como espaços moldados pela e para a supremacia branca. Como já mencionado, apenas 21% dos docentes no ensino superior são pessoas negras (BRASIL, 2024). Uma forma sutil de policiamento do tom que vivenciei foi a evasiva dos professores diante de discussões sobre raça, racismo e branquitude. Mesmo em disciplinas que abordavam temas como saúde da população negra e determinantes sociais, as tentativas de aprofundar esses debates eram frequentemente silenciadas ou desviadas, revelando uma falta de preparo ou interesse em abordar o tema de forma crítica.

A minha pesquisa e meu ativismo em torno de questões raciais me renderam o estigma da “negra raivosa”. Esse estereótipo, frequentemente utilizado para silenciar e deslegitimar as vozes negras, acompanha-me desde os primeiros anos dentro da universidade. A recente afirmação que escutei de que sou uma pessoa agressiva confirma essa construção social e revela a persistência dessa violência:

“Nossa Jéssica, eu tenho que até pedir desculpas. Não sabia que você era uma pessoa tranquila e prestativa. O que eu ouvia de você me fazia ficar com o pé atrás. Que você atacava tal pessoa sem motivo”. (Trecho retirado do diário de campo e notas autobiográficas)

O estereótipo da “negra raivosa” é uma construção social profundamente arraigada no racismo e na misoginia. Essa imagem distorcida e prejudicial, perpetuada ao longo da história, serve para desumanizar as mulheres negras. Ao rotular uma mulher negra como “raivosa”, busca-se justificar e naturalizar a violência que ela sofre, além de negar sua complexidade e humanidade. Essa figura fantasiosa não apenas justifica a violência, mas também impacta a saúde mental dessas pessoas. Ao serem constantemente associadas à raiva, elas são silenciadas e impedidas de expressar suas emoções de forma autêntica, como se tivessem uma “máscara de ferro” sobre seus rostos, como explica Grada Kilomba (2019).

4) NÃO EXISTE E NÃO FOI RACISMO: A FRAGILIDADE E A EXCEPCIONALIDADE BRANCA

Recordo de uma vivência específica em que aponte uma situação de racismo, em que eu era excluída de alguns trabalhos e contextos que geraram retornos acadêmicos, como parcerias em publicações e eventos. Entretanto, no contexto privado, eu era constantemente acionada nesse espaço para auxiliá-los em suas produções e trabalhos. Ao questionar uma colega branca sobre essa situação, recebi a seguinte devolutiva:

“Não existe racismo, Jéssica. Eu sou mais acionada e incluída nas publicações do grupo porque a minha prática é mais meticulosa.” Diz a colega que dissemina, sobre a minha pessoa, o estereótipo da negra raivosa. (Trecho retirado do diário de campo e notas autobiográficas)

A branquitude tem esse comportamento de negação quando se aponta e denuncia situações de racismo. Nos estudos sobre branquitude,

esse fenômeno é denominado de fragilidade branca. A autora e pesquisadora Robin DiAngelo define a fragilidade branca como um estado no qual mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se torna intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos, que vai desde o fato de ficar bravo, descredibilizar a vítima, propagar mentiras, chamar autoridades e realizar distorções da realidade (DIANGELO, 2020, p.133). Um outro comportamento que é evidenciado com essa situação é sobre excepcionalidade branca. A excepcionalidade branca, segundo Layla Saad (2020), é a crença de que pessoas brancas estão isentas de racismo e de suas consequências. É a ideia de que, por serem brancas, elas não precisam se preocupar com questões raciais ou com o privilégio que a branquitude concede. A ideia de que ser “apenas uma pessoa” e não ver cor é considerada uma posição neutra, quando na verdade reforça a supremacia branca. Nesse caso, a resposta dessa pessoa branca, ao negar e justificar a ausência de racismo, evidencia esses dois padrões de comportamento.

Essa experiência, infelizmente, não é isolada. Muitas mulheres negras vivenciam situações semelhantes na academia, sendo silenciadas e deslegitimadas quando denunciam o racismo. Esse tipo de comportamento contribui para a manutenção de um ambiente acadêmico hostil e excludente para pessoas negras, perpetuando as desigualdades raciais. Torna-se fundamental que as instituições de ensino superior implementem políticas de formação em letramento étnico-racial para toda comunidade (docente, servidores e discentes) e desenvolvam ações antirracistas efetivas, visando combater o racismo de maneira substancial.

5) ESTRATÉGIAS DE RETALIAÇÃO DA BRANQUITUDE ACADÊMICA E O ISOLAMENTO DE PESSOAS NEGRAS NA ACADEMIA

Cheguei em casa e ouvi um áudio com uma mensagem. Um aviso. Faz pouco tempo que me desliguei do meu antigo trabalho como docente em um centro universitário. Pedir demissão foi um processo extremamente doloroso e difícil, principalmente devido à insegurança financeira que me acompanharia como bolsista de doutorado. Sou a primeira mulher da

minha família, tanto paterna quanto materna, a concluir o ensino superior. A primeira de várias gerações a ter a oportunidade de seguir a pós-graduação. A primeira a conquistar um salário acima de R\$2.500,00.

Sou a filha mais velha e tenho três irmãos. Há muito em jogo para mim e para minha família. As inseguranças que atravessam a permanência de pessoas negras e indígenas na pós-graduação são muitas. A fragilidade de trilhar a carreira docente e de pesquisa como mulher negra é evidente, inclusive nos dados referentes ao perfil dos professores nas pós-graduações: em programas de pós-graduação brasileiros nas áreas de ciências exatas, da terra e biológicas, o número de docentes brancos supera em doze vezes o total de professores pretos, pardos e indígenas. Essa disparidade se acentua ao considerar a interseccionalidade de gênero e raça, onde mulheres pretas, pardas e indígenas representam apenas 2,5% do corpo docente (CAMPOS, 2023). Ao ouvir aquela acusação, senti-me remetida a diversas situações de desconfiança que já vivenciei. As pessoas negras sabem muito bem do que falo. Desse sentimento de ser constantemente julgada e desacreditada.

“Jéssica, cuidado. Hoje uma pessoa veio me falar que você está acumulando a bolsa de doutorado com o seu antigo trabalho. Eu disse que não, mas a pessoa insistiu que sim. Que você está escondendo e está com vergonha de admitir”.
(Trecho retirado do diário de campo e notas autobiográficas)

Outro indivíduo me alertou sobre o mesmo fato: uma pessoa, a mesma que havia abordado minha colega, havia contado a mesma história para ela. Para minha surpresa, a fonte que propagava tal inverdade era uma das pessoas que havia cometido diversos atos racistas os quais denunciei. Levei um tempo para compreender o que ocorria. A distorção da realidade nos leva a questionar nossos próprios atos, e prontamente verifiquei meus e-mails enviados. Ali estavam os documentos da minha rescisão, iniciados no momento em que obtive a bolsa de doutorado. Eram evidências concretas de que não havia praticado nenhuma irregularidade. Estava registrado que não era culpada de nenhuma infração. Essa era a sensação:

estava sendo disseminada a alegação de que eu havia cometido um ato irregular e que poderia perder minha bolsa de doutorado por difamação.

O medo durou pouco tempo. Logo compreendi que aquela situação era uma retaliação à denúncia de racismo que havia feito, além de uma tentativa de perpetuar os estereótipos sobre pessoas negras, como bem descreve Lélia Gonzalez: “preto quando não caga na entrada caga na saída”. Que pessoas negras são malandras (GONZALEZ, 1984). A branquitude acadêmica parece torcer para que tropeçemos, e quando isso não acontece, recorrem a estratégias que inflijam e comprometam a nossa moral.

Queria dizer que tal experiência foi finalizada após o apontamento que tal situação foi racismo. Porém, ao discorrer sobre o ocorrido, escutei de pessoas próximas, principalmente brancas, que foi só “uma confusão” ou “mal entendido”. Que tal pessoa não fez por “maldade”. Outras pessoas que ouviram o “boato” não tomaram nenhuma ação. Escutei como conselho que deveria *“não me importar tanto com tal pessoa. Que deveria deixar para lá”*. O pacto narcísico da branquitude, esse acordo tácito, inconsciente e coletivo entre pessoas brancas de não questionar seus privilégios e de manter o *status quo* racial. Esse pacto funciona como um escudo protetor, permitindo que os brancos se vejam como neutros, imparciais e livres de culpa em relação ao racismo. No episódio, muitos se recusaram a reconhecer o racismo ou o minimizaram, descrevendo-o como um incidente isolado ou como uma conduta individual sem intenção maliciosa (BENTO, 2022).

O silêncio branco diante de casos assim dentro do mundo acadêmico é fenômeno frequente. As pessoas com privilégio branco permanecem conveniente caladas quando se trata de raça, racismo e supremacia branca. Mesmo aquelas que dizem aliadas a luta antirracista. É uma estratégia de manutenção e proteção do privilégio branco pela via da inação (SAAD, 2020).

Charles W. Mills, filósofo afro-americano, desenvolveu uma importante contribuição para os estudos sobre raça e epistemologia ao propor o conceito de “epistemologia da ignorância”. Essa teoria busca compreender como o racismo sistemático produz e mantém o que ele chama de “ignorância racial”. Mills argumenta que a ignorância racial não

é um estado natural ou individual, mas sim um produto social construído historicamente. Através de instituições, discursos e práticas sociais, o racismo produz e perpetua uma visão distorcida da realidade racial. O racismo, ao ser naturalizado e normalizado, torna-se invisível para muitos, especialmente para aqueles que detêm o privilégio racial. Essa invisibilidade impede que as pessoas compreendam as suas próprias posições de poder e como elas contribuem para a manutenção das desigualdades raciais (MILLS, 2023). Infelizmente, as universidades e os espaços acadêmicos podem perpetuar essa epistemologia da ignorância.

Uma outra forma de retaliação que a branquitude acadêmica aplica como estratégia de sanção e policiamento, é a vigilância constante e o isolamento principalmente de pessoas negras que abordam, denunciam ou pesquisam o tema branquitude/raça/racismo. Patrícia Hill Collins discute sobre essa experiência de mulheres negras na academia:

Uma maneira de excluir a maioria das mulheres negras do processo de validação do conhecimento é permitir que algumas adquiram posição de autoridade em instituições que legitimam o conhecimento e nos incentivar a trabalhar em conformidade com os pressupostos de inferioridade feminina negra compartilhados pela comunidade acadêmica e pela cultura geral. As mulheres negras que aceitam esses pressupostos provavelmente serão recompensadas por suas instituições. As que os desafiam podem ser mantidas sob vigilância e correm o risco de acabar isoladas. (COLLINS, 2019. p.407)

A solidão da mulher negra é uma experiência complexa e multifacetada, que se manifesta de diversas formas. Segundo Djamila Ribeiro (2016), essa solidão é resultado da interseccionalidade de opressões, ou seja, da combinação de racismo, sexismo e outros tipos de discriminação que as mulheres negras enfrentam diariamente.

Na academia, essa solidão vai desde negação de parcerias profissionais de trabalho e colaboração. A não citação devida das contribuições acadêmicas realizadas por pessoas negras. Recentemente, ao acompanhar

uma defesa, escutei que o determinado trabalho foi pioneiro. Nenhum momento a banca se recordou que eu fiz a primeira publicação sobre a mesma temática em 2021. Não é sobre tirar o protagonismo e o mérito de ninguém, porém é uma situação recorrente esse “esquecimento”. Essa solidão também se dá no campo afetivo das relações no contexto acadêmico. Vivenciei ao longo desses 14 anos diversos afastamentos e rompimentos de amizades com pessoas brancas após ter diálogos sobre situações de racismos experienciados.

6) DESESTRUTURAÇÃO DA BRANQUITUDE ACADÊMICA: PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS

Apesar do predomínio da branquitude acadêmica nas estruturas de poder universitárias, existem fissuras nesse sistema. Existem grupos de pesquisa, docentes e discentes brancos que questionam o racismo institucional, embora suas ações frequentemente esbarrem nas limitações da própria estrutura em que estão inseridos. Para o letramento e a desconstrução efetiva deste grupo, são indispensáveis ações que identifiquem os comportamentos, tanto no âmbito individual quanto no institucional. Na literatura brasileira, é necessário o desenvolvimento de mais estudos que elucidem e analisem a constituição da branquitude em diferentes espaços.

Historicamente, a pesquisa sobre relações raciais no Brasil focou majoritariamente na população negra e nas problemáticas decorrentes do racismo (como a escravização, o branqueamento e a marginalização). É importante ressaltar que a emergência e o avanço dos estudos sobre branquitude no Brasil, especialmente a partir da década de 2000, estão diretamente ligados à atuação e às demandas do movimento negro (BENTO, 2022). A participação ativa e o engajamento de pessoas brancas nos estudos e pesquisas sobre branquitude representam um passo relevante na construção de alianças e na luta antirracista.

No que tange aos espaços acadêmicos, a exemplo das universidades, a realização de ações de formação antirracista direcionadas a docentes, colaboradores e discentes configura-se como uma demanda social. É

imperativo que se considerem e implementem meios e canais que viabilizem o acolhimento e a apuração de denúncias de racismo nesses espaços. Faz-se necessário também implementar ações afirmativas institucionais que possibilitem a permanência de estudantes negros, quilombolas e indígenas nos cursos de graduação e pós-graduação. Ademais, torna-se urgente a implementação efetiva da Lei 12990/2014, bem como a expansão dessa normativa para contemplar os povos indígenas e quilombolas, assegurando, assim, uma maior diversidade ao corpo docente do ensino superior público brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta duas principais contribuições. A primeira diz respeito à metodologia empregada. A escolha pela escrevivência como aporte teórico e como forma de escrita de si, nesta pesquisa autoetnográfica, visou “enegrecer” essa metodologia qualitativa. Essa decisão foi motivada pela minha identidade como mulher negra e pela busca por ferramentas que superassem os modelos estadunidenses, predominantemente brancos. A escrevivência me permitiu uma escrita mais enraizada e ancorada na epistemologia do feminismo negro. Esse trabalho pode direcionar e inspirar outros e outras pesquisadoras negras na construção de uma autoetnografia brasileira.

A outra contribuição é o desvelar, a partir das experiências vividas e compartilhadas, de uma cultura específica da branquitude: os comportamentos e as subjetividades de pessoas brancas na academia. Assim como realizar denúncias e apontar formas de opressões que são operacionalizadas pela branquitude acadêmica. O estudo da branquitude, embora relativamente recente no campo das ciências sociais, tem se mostrado fundamental para uma compreensão mais profunda das relações raciais e das desigualdades sociais. Ao desvelar os mecanismos inerentes à branquitude, há uma contribuição significativa para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A análise da branquitude permite que pessoas brancas reconheçam os privilégios que possuem em razão de sua raça, o que é fundamental

para o desenvolvimento de uma consciência crítica e para a construção de alianças antirracistas. Neste estudo autoetnográfico foi observado e conceituado formas de discriminações e opressões, como o policiamento de tom, reforço e propagação de estereótipos racistas, sobre o silêncio branco e o pacto da branquitude, e comportamentos de centralidade e excepcionalidade branca.

Mais estudos etnográficos e autoetnográficos são necessários para aprofundar a compreensão da cultura da branquitude na academia e identificar as normas, valores e privilégios que beneficiam pessoas racializadas como brancas nesse ambiente. Este trabalho reconhece suas limitações, pois não busca generalizar as experiências aqui apresentadas. Ademais, não desconsidera as nuances, as contradições internas e a possível existência de aliados antirracistas e resistências no contexto acadêmico. Mas espera-se que, ao entender como a branquitude opera, possamos desenvolver estratégias mais efetivas para combater o racismo em suas diversas formas, seja ele individual, institucional ou estrutural.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral e altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm. Acesso em: 27/maio/2025.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023: recurso eletrônico. Brasília, DF: Inep, 2024.
- CAMPOS, Luiz Augusto; CANDIDO, Marcia Rangel. Desigualdades Raciais na Ciência Brasileira. [S. l.]: Gemaa, 29/novembro/2023. Disponível em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/desigualdades-raciais-na-ciencia-brasileira/>. Acesso em: 27/maio/2025.

- CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: COSTA, Bernardino Joaze; TORRES, Maldonado Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: COSTA, Bernardino Joaze; TORRES, Maldonado Nelson; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DIANGELO, Robin. *Não basta não ser racista: sejamos antirracistas*. São Paulo: Faria Editorial, 2020.
- DU BOIS, W. E. B. *As almas do povo negro*. Tradução de Alexandre Boide. Ilustrações de Luciano Feijão. São Paulo: Veneta, 2021.
- EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. In ITAÚ SOCIAL. Em *Escrivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1º ed, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26–48.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- HANZEN, Elstor. Mesmo sendo maioria na população brasileira, negros ainda têm baixa representatividade no meio acadêmico. *Jornal da Universidade*, 18/novembro/2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mesmo-sendo-maioria-na-populacao-brasileira-negros-ainda-tem-baixa-representatividade-no-meio-academico/>. Acesso em: 15/dezembro/2024.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Luiz Antônio Silva (Org.). *Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos*. Brasília: Anpocs (Ciência Sociais Hoje, 2), 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf>. Acesso em: 15/dezembro/2024.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado* [Internet], v. 31, n. 1, 25-49, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=html&lang=pt>>. Acesso em: 15/dezembro/2024.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da Liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- ILUSTRÍSSIMA CONVERSA: [Produção e apresentação de]: Eduardo Sombini. Entrevistado: Ailton Krenak. [S.l.]: Folha de São Paulo, 28/janeiro/2023. Podcast. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RItSYJSTdLs>>. Acesso em: 29/novembro/2024.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- LE ROUX, Cheryl. Exploring rigour in autoethnographic research. *International Journal of Social Research Methodology*, v. 20, n. 2, 195-207, 2016.
- MATTOS, Geísa; ACCIOLY, Izabel. Tornar-se negra, tornar-se branca' e os riscos do 'antirracismo de fachada' no Brasil contemporâneo. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, v. 18, n. 2, p. 1-12, 2021. doi: 10.1080/17442222.2021.2015950.

- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Trad. Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, p. 1-18, 2017.
- MILLS, Charles W. *O contrato racial*. Edição comemorativa de 25 anos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. São Paulo: Paidós, 2023.
- PAULA, Gustavo Bruno de; PICANÇO, Felícia. Desigualdades após o acesso: origem social e evasão do sistema de ensino superior. *Educação & Sociedade*, v. 45, p. e281915, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NBSqmJMT3Bf9HNT6yw4DdGb/>. Acesso em: 27/maio/2025.
- PAIVA, Patrícia Reis. *Evasão de ex-bolsistas do Programa de Demanda Social da Capes*. 2021. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/229380>. Acesso em: 27/maio/2025.
- PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. *Querido estudante negro*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- RAMALHO-DE-OLIVEIRA, Djenane. Overview and prospect of autoethnography in pharmacy education and practice. *American Journal of Pharmaceutical Education*, v. 84, n. 1, 2020.
- RAIMONDI, Gustavo. *Corpos que (não) importam na prática médica: uma autoetnografia performática sobre o corpo gay na escola médica*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- RIBEIRO, Djamilá. Relações interraciais e a solidão da mulher negra. [S.l.]: YouTube, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZNx1LV6c4A>. Acesso em: 05/dezembro/2024.

ROCHA, Mariana Machado. *Uma luta científico-social desproporcional: colonialidade e branquitude na fundação da USP e ensino superior na Imprensa Negra Paulista (1924 1937)*. 2023. Tese (Doutorado em Cultura, Filosofia e História da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SAAD, Layla F. *Eu e a supremacia branca: como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

TREVISOL, Joviles Vitorio; BELLO, Joselha Cristina Dal; NIEROTKA, Rosileia Lucia. A lei de cotas e as mudanças no perfil dos ingressantes das universidades federais brasileiras. *Sér.-Estud.*, Campo Grande, v. 28, n. 64, p. 155-184, set. 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822023000300155&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27/maio/2025.

Texto recebido em 15/01/2025 e aprovado em 15/10/2025.